

**ESTUDO IMPACTE  
AMBIENTAL – DESCRITOR  
DE PATRIMÓNIO**

**2023**

**LICENCIAMENTO  
DA ALTERAÇÃO DA  
UNIDADE  
INDUSTRIAL ROCA  
SA**

<b>COORDENAÇÃO GERAL</b>	Artur Fontinha			
<b>COORDENAÇÃO PROJETO</b>	Artur Fontinha			
<b>DIREÇÃO CIENTÍFICA</b>	Artur Fontinha			
<b>EQUIPA TÉCNICA</b>	Artur Fontinha João Silva			
<b>RESPONSÁVEL DESENHO</b>	Artur Fontinha João Silva			
<b>RESPONSÁVEL TOPOGRAFIA</b>	-			
<b>ENTIDADE ENQUADRANTE</b>	AFA – ARQUEOLOGIA CONSERVAÇÃO E RESTAURO			
<b>ENTIDADE CONTRATANTE</b>	TRC Services Ida			
<b>PROPRIETÁRIO</b>	ROCA SA			
<b>DESPACHO AUTORIZAÇÃO</b>	S-2023/618009(C.S:1689414)			01.08.23
<b>ACRÓNIMO</b>	UIR.23			
<b>DISTRITO</b>	Coimbra			
<b>CONCELHO</b>	Cantanhede			
<b>FREGUESIA</b>	UF de Cantanhede e Pocariça			
<b>COORDENADAS</b>	M	P	A	CMP
	40.358922	-8.604006		218
<b>DATA DE EXECUÇÃO DOS TRABALHOS REALIZADOS</b>	Inicio		Fim	
	03.08.23		09.08.23	
<b>DEPÓSITO DA DOCUMENTAÇÃO</b>	Rua Particular de Avilhó 120 4066-787 Custóias			
<b>DEPÓSITO TEMPORÁRIO DO ESPÓLIO EXUMADO</b>	Não se Aplica			

**FICHA  
TÉCNICA**

A AFA – ARQUEOLOGIA CONSERVAÇÃO E RESTAURO, apresenta o Descritor de Património do Estudo de Impacte Ambiental do Projeto “Alteração da Unidade Industrial da ROCA SA” em fase de projeto de Execução.

O presente Estudo, adjudicado pela TRC SERVICES, lda, foi elaborado de acordo com a legislação em vigor, nomeadamente a lei 107/01 de 08 de Setembro (Lei do Património Cultural); Resolução da Assembleia da República n.º 71/97 que aprova, para ratificação, a Convenção Europeia para a Protecção do Património Arqueológico através da conservação pelo registo, aberta à assinatura em La Valleta, Malta, em 16 de Junho de 1992; Decreto-Lei n.º 164/2014, de 04 de Novembro (Regulamento de Trabalhos Arqueológicos); Circular de 29 de Março de 2023, Termos de Referência para o Património Arqueológico no Fator Ambiental Património Cultural em Avaliação de Impacte Ambiental”; Circular de 24 de Maio de 2011 do IGESPAR, IP que estabelece as regras de preenchimento das fichas de sítio/trabalho arqueológico; e Circular de 01 de Setembro de 2010 do IGESPAR, IP, que faz uma revisão da circular de 5 de Janeiro de 2007 e que estabelece as regras da documentação fotográfica a constar nos relatórios de trabalhos arqueológicos e Circular de 27 de Dezembro de 2011, sobre documentação digital, tendo sido autorizado pelo ofício S-2023/618009(C.S:1689414) de 01.08.23. O presente Documento resulta da compilação de toda a informação proveniente, quer da pesquisa bibliográfica, quer do trabalho de campo.

Este Documento é composto por:

Relatório Base  
Anexos Técnicos

Moreira da Maia, Agosto de 2023

ARTUR FONTINHA, DR.  
*Arqueólogo*

## **NOTA INTRODUTÓRIA**

## ÍNDICE

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>5</b>
ENTIDADES CONTATADAS	5
CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR	5
DESCRIÇÃO DO PROJETO	6
<b>METODOLOGIA</b>	<b>6</b>
ETAPAS	7
PESQUISA BIBLIOGRÁFICA E DOCUMENTAL	8
TRABALHO DE CAMPO	9
REGISTO E INVENTÁRIO	10
<b>CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO ACTUAL</b>	<b>15</b>
<b>PESQUISA BIBLIOGRÁFICA E DOCUMENTAL</b>	<b>16</b>
ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO	16
ENQUADRAMENTO HISTÓRICO-ARQUEOLÓGICO	17
ANÁLISE TOPONÍMICA	19
ANÁLISE FIOGRÁFICA	19
TRABALHO DE CAMPO NA ÁREA EM ESTUDO	19
<b>RESULTADOS - SÍNTESE</b>	<b>19</b>
OCORRÊNCIAS PATRIMONIAIS IDENTIFICADAS	19
<b>MEDIDAS DE MINIMIZAÇÃO DE IMPACTE</b>	<b>19</b>
AVALIAÇÃO DE IMPACTE	20
MEDIDAS DE MINIMIZAÇÃO	20
<b>CONCLUSÕES E ADVERSIDADES AO CONHECIMENTO</b>	<b>20</b>
<b>PROGRAMA ULTERIOR DE TRABALHOS ARQUEOLÓGICOS</b>	<b>20</b>
LOCAL, DATA E FORMA DE PUBLICAÇÃO	20
<b>BIBLIOGRAFIA</b>	<b>22</b>
ENQUADRAMENTO LEGAL	22
CARTOGRAFIA	22
BASES DE DADOS INFORMATIZADAS E CONSULTAS NA INTERNET	22
<b>ANEXOS</b>	<b>23</b>
ANEXO I – REGISTO FOTOGRAFICO	24
ANEXO II – CÓPIA DO OFÍCIO DE AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DOS TRABALHOS	27
ANEXO III – FICHA DE SÍTIO	31
ANEXO IV – DESENHOS TÉCNICOS	34

## INTRODUÇÃO

O presente Documento insere-se no âmbito do Descritor de Património Cultural do Estudo de Impacte Ambiental (EIA) do projeto “Alteração da Unidade Industrial da ROCA SA”. A sua execução foi da competência da empresa TRC Services, Ida, que por sua vez adjudicou os trabalhos relativos ao descritor “Património Cultural” à AFA – ARQUEOLOGIA CONSERVAÇÃO E RESTAURO. Este relatório dá conhecimento à DRCC e à entidade contratante, da atividade desenvolvida pela equipa de arqueologia.

Este relatório pretende efetuar a caracterização da área de intervenção em termos geográficos, paisagísticos, históricos e arqueológicos, e a sua integração num contexto mais alargado, neste caso, a delimitação das freguesias a que pertence a área do projeto em questão, de forma a assegurar a salvaguarda de todos os vestígios de interesse patrimonial identificados.

Neste âmbito foram analisadas as áreas de incidência direta e indireta do projeto onde será a Implantação do projeto. Sendo que a área de incidência direta corresponde à área de projeto, a área de incidência indireta corresponde à área envolvente à área de projeto (100m de diâmetro), designada por área de estudo.

Neste Relatório consta um parecer sobre a necessidade de se proceder ao Acompanhamento Arqueológico, ou à necessidade de se implementar quaisquer Intervenções Arqueológicas de Registo Científico em todas as zonas afetadas à empreitada.

## ENTIDADES CONTATADAS

No âmbito do desenvolvimento deste Documento foram realizados os seguintes contactos:

- **DRCC** (Direção Regional Cultura Centro). Foi solicitado um Pedido de Autorização de Trabalhos Arqueológicos (PATA) com a data de 12.07.23. O técnico responsável da DRCC para a avaliação do PATA foi a Dr<sup>a</sup>. Helena Moura.

- **Câmara Municipal de Cantanhede**. Neste contacto foram solicitadas informação relativas ao património arqueológico e arquitectónico na área de estudo, assim como solicitadas informações sobre a carta de condicionantes do PDM. Foi feito o contacto por telefone com o dr. Guilherme Cruz.

## CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR

Os trabalhos a realizar darão cumprimento à legislação em vigor, para execução de trabalhos arqueológicos:

- lei 107/01 de 08 de Setembro (Lei do Património Cultural);
- Resolução da Assembleia da República n.º 71/97 que aprova, para ratificação, a Convenção Europeia para a Protecção do Património Arqueológico através da conservação pelo registo, aberta à assinatura em La Valleta, Malta, em 16 de Junho de 1992;
- Decreto-Lei n.º 164/2014, de 04 de Novembro (Regulamento de Trabalhos Arqueológicos);
- Circular de 29 de Março de 2023, Termos de Referência para o Património Arqueológico no Fator Ambiental Património Cultural em Avaliação de Impacte Ambiental”;
- Circular de 24 de Maio de 2011 do IGESPAR, IP que estabelece as regras de preenchimento das fichas de sítio/trabalho arqueológico;
- Circular de 01 de Setembro de 2010 do IGESPAR, IP, que faz uma revisão da circular de 5 de Janeiro de 2007 e que estabelece as regras da documentação fotográfica a

constar nos relatórios de trabalhos arqueológicos e Circular de 27 de Dezembro de 2011, sobre documentação digital.

## DESCRIÇÃO DO PROJETO

A unidade industrial da Roca foi fundada em 1998, com a denominação social de Roca Torneiras, Lda, instalando-se na zona industrial de Cantanhede, numa área total de 82 751 m<sup>2</sup>. Foi concebida com um alto nível tecnológico e de automatização para aumentar, de forma significativa, a capacidade de produção de torneiras misturadoras com mecanismos interiores cerâmicos do Grupo Roca. Possui uma capacidade de produção instalada de 2 000 000 unidades por ano.

Em 2022 passou por um processo de fusão por incorporação com a Roca SA, resultando na extinção da Roca Torneiras SA, e na transferência global do seu património para a esfera da Roca SA, com sede em Leiria. Este processo não resultou em nenhuma alteração nas instalações industrial da empresa que atualmente se designa por Centro Industrial (CI) de Cantanhede da Roca SA. Nessa data foi feito o averbamento de alteração da titularidade do estabelecimento industrial no SIR (Título Digital de Exploração n.o 14936/2019-1, emitido pelo IAPMEI em 17-05-2019) e no SILIAMB (TUA20180622000445 - regime PCIP).

Em 2023 a Roca pretende realizar alterações no CI de Cantanhede, sendo de notar que nenhum dos projetos resulta no aumento da capacidade instalada de produção de torneiras.

Não serão realizadas alterações de construção, nem construções novas. Pelo que não haverá revolvimentos de terra.

## METODOLOGIA

Neste capítulo apresenta-se a Metodologia utilizada para Estudo de Situação de Referência ao nível do Descritor do Património que teve como diretiva a Circular do extinto Instituto Português de Arqueologia (IPA), de 10 de setembro de 2004 sobre os “Termos de Referência para o Descritor do Património Arqueológico em Estudos de Impacte Ambiental”.

A área onde será implementado o projeto em causa é alvo de uma análise por forma a obter um conhecimento mais aprofundado do espaço no que respeita à sua antropização ao longo dos tempos, englobando as valências **arqueológica, patrimonial, arquitectónica e etnográfica**.

São consideradas como **Ocorrências Patrimoniais** relevantes, materiais, estruturas e sítios, agrupando-os da seguinte forma:

- Elementos abrangidos por figuras de protecção, Imóveis Classificados ou outros Monumentos e sítios incluídos nas cartas de condicionantes do PDM (Plano Director Municipal). No caso de Monumentos Nacionais existe segundo a Lei n.º. 107/2001 de 8 de setembro uma zona de protecção de 50m e uma zona especial de protecção de 50m (ZEP), onde estão impedidas construções e alterações de topografia, os alinhamentos e as cérceas e em geral a distribuição de volumes e coberturas ou revestimento exterior dos edifícios;
- Elementos de reconhecido interesse patrimonial ou científico que, não estando abrangidos no item anterior, constem de trabalhos científicos ou de inventários patrimoniais;

- Elementos caracterizadores e tipificantes de uma efectiva humanização do território, da sua estruturação, organização e exploração em moldes tradicionais.

É também estabelecido um critério de definição das ocorrências consideradas como integráveis no tratamento deste Documento:

- Vestígios arqueológicos per si (quer achados isolados, quer áreas de concentração de materiais e/ou estruturas);
- Vestígios de vias viária e caminhos antigos;
- vestígios de mineração, pedreiras e extração de outras matérias-primas;
- Estruturas hidráulicas e industriais;
- Estruturas defensivas e de limitação de propriedade;
- Estruturas de apoio a atividades agro-pastoris;
- Estruturas funerárias e/ou religiosas.

No presente Estudo, estes dados são denominados, de forma genérica, como **Ocorrências Patrimoniais**, doravante designadas também de **OP**.

A natureza do património é assim dividida em três categorias distintas:

- **Património arqueológico;**
- **Património arquitectónico;**
- **Património etnográfico.**

Porém, esta atribuição não se apresenta como linear. O limiar conceptual entre o que é integrável em qualquer uma das vertentes não é claro e não são categorias estanques. Uma mesma ocorrência pode enquadrar-se em duas ou mesmo nas três. Na Tabela de referência de ocorrências, é escolhido salientar aquela em que cada registo adquire particular destaque, ponderando toda a subjetividade implícita na escolha.

São tidos em atenção dois tipos de impacte que poderão ocorrer:

- **Impacte direto negativo**, quando o Elemento Patrimonial sofresse destruição;
- **Impacte indireto negativo**, quando a Ocorrência Patrimonial pudesse ser afetado visualmente, pela passagem de maquinaria e pessoal afetos à obra ou devido ao revolvimento de solos na sua proximidade.

Os materiais arqueológicos que pudessem vir a ser recolhidos seriam devidamente tratados (lavagem, marcação) e inventariados, sendo os mais significativos desenhados e fotografados. Após a conclusão dos trabalhos seriam acondicionados em contentor padronizado e entregues na extensão correspondente da DGPC (Direcção Geral do Património Cultural).

## **ETAPAS**

A **Caracterização de Referência** do Património Cultural é elaborada com base nas seguintes etapas de trabalho:

- **1** Recolha de elementos em fontes documentais, realizada antes do trabalho de campo e que permitem reconhecer as OP pré-existentes na área afeta ao projeto (pesquisa

bibliográfica e documental);

- **2** Para além da pesquisa bibliográfica é necessário proceder a prospeções arqueológicas sistemáticas, que permitem uma melhor avaliação do potencial arqueológico da área do projeto e de toda a envolvente (trabalho de campo);
- **3** Sistematização e registo sob a forma de inventário (registo e inventário).

### **PESQUISA BIBLIOGRÁFICA E DOCUMENTAL**

A Recolha de elementos em fontes documentais baseia-se nas seguintes fases:

- **Pesquisa Bibliográfica e Documental** baseia-se num conjunto variado de fontes de informação, sendo a sua área de Estudo estendida até um mínimo 2 km para além dos limites externos da área do projeto e até ao limite de freguesia, de modo a proceder à contextualização e caracterização da ocupação humana do território da área de projeto e da sua envolvente e obter uma leitura integrada das Ocorrências Patrimoniais existentes, permitindo, assim definir melhor a magnitude dos impactes.
  - A pesquisa bibliográfica e Documental baseia-se nas seguintes fontes de informação:
    - Bibliografia específica,
    - Documentação,
    - Cartas Arqueológicas,
    - Inventários de Património Arqueológico e Arquitectónico
    - PDM (Planos de Pormenor Municipais);
  - Inventários Patrimoniais de organismos públicos (Consultadas as seguintes bases de dados)
    - <http://arqueologia.igespar.pt/index.php?sid=sitios> Portal do Arqueólogo: Sítios (Base de Dados Nacional de Sítios Arqueológicos, doravante designada Endovélico)<sup>1</sup> da responsabilidade da Direcção Geral do Património Cultural (DGPC)
    - <http://www.patrimoniocultural.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/>  
[www.patrimoniocultural.pt/flexviewers/Atlas\\_Patrimonio/default.htm](http://www.patrimoniocultural.pt/flexviewers/Atlas_Patrimonio/default.htm) Ulysses, sistema de informação do património classificado/DGPC da responsabilidade da Direcção Geral do Património Cultural (DGPC)



- [http://www.monumentos.pt/Site/APP\\_PagesUser/Default.aspx](http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/Default.aspx) SIPA, Sistema de Informação para o Património Arquitetónico<sup>3</sup> da responsabilidade da Direcção Geral do Património Cultural (DGPC)
  - <http://viasromanas.pt/> Vias Romanas em Portugal: Itinerários<sup>5</sup> da autoria de Pedro Soutinho
- Contactados investigadores com publicações ou projectos de investigação sobre a área em Estudo;
  - **Análise toponímica** da cartografia nos suportes cartográficos disponíveis para a zona em Estudo, nomeadamente a Carta Militar de Portugal na escala 1: 25 000 (IGeoE). Frequentemente, através do levantamento toponímico, é possível identificar designações com interesse, que reportam a existência de elementos construídos de fundação antiga, designações que sugerem tradições lendárias locais ou topónimos associados à utilização humana de determinados espaços em moldes tradicionais. Desta forma, são apresentados os testemunhos que permitem ponderar o potencial científico e o valor patrimonial da área de incidência do projeto e da sua envolvente.
  - **Análise Fisiográfica** permite a observação de condições orohidrográficas que possibilitem a interpretação de estratégias de povoamento. As características próprias do meio determinam a especificidade e a implantação mais ou menos estratégica de alguns valores patrimoniais. As condicionantes do meio físico refletem-se ainda na seleção dos espaços onde se instalaram os núcleos populacionais e as áreas nas quais foram desenvolvidas atividades depredadoras ou produtivas ao longo dos tempos. Assim, a abordagem da orohidrografia do território é indispensável na interpretação das estratégias de povoamento e de apropriação do espaço, mas é também uma etapa fundamental na planificação das metodologias de pesquisa de campo e na abordagem das áreas a prospectar.

Todos os dados recolhidos foram posteriormente relocalizados no terreno, tendo em atenção dois tipos diferentes de realidades: sítios arqueológicos identificados através da existência de vestígios materiais (registados na bibliografia e bases de dados); e sítios de potencial arqueológico, identificados através de dados e interpretações bem justificadas (toponímia, indícios fisiográficos, etc.) sobre a possível existência de sítios não evidenciados fisicamente.

## **TRABALHO DE CAMPO**

O trabalho de campo consiste numa batida sistemática de forma zigzagueante e paralela com malha apertada do terreno da área de incidência do projeto, apoiada por cartografia em formato papel, e na georeferenciação com GPS, sempre que a topografia do terreno assim o permite. São igualmente introduzidas as coordenadas das estruturas e sítios conhecidos previamente, para proceder à verificação e possível correção de todas as localizações facultadas na fase anterior. Neste trabalho são utilizadas as Cartas Militares de Portugal à escala 1: 25 000 folha n.º 218 (IGeoE) e a carta com a implantação da área a ser afetada pelo projeto com implantação da obra, disponibilizada pela TRC Services lda.

Os materiais arqueológicos que eventualmente viessem a ser identificados no decurso do trabalho de campo seriam recolhidos e georreferenciados os limites externos das manchas de dispersão de materiais arqueológicos, com vista a uma melhor inserção na planta de projeto e consequente avaliação de impacto.

Contudo, procura-se também proceder ao registo de outras ocorrências de interesse patrimonial na área envolvente, sempre que algum elemento se destacasse como de particular relevância.

Paralelamente foi feita recolha de informação oral de carácter específico ou indiciário.

Foi ainda realizado um levantamento fotográfico em formato digital tendo como diretiva a Circular do extinto Instituto Português de Arqueologia (IPA), de 01 de Setembro de 2010 sobre a “Documentação Fotográfica a constar nos Relatórios de Trabalhos Arqueológicos das diversas áreas do projeto em Estudo com o objetivo, não só de enquadramento paisagístico, mas também, para registo do grau de visibilidade do solo, bem como das Ocorrências Patrimoniais identificadas.

A visibilidade dos solos tem por base as seguintes unidades de observação:

- Visibilidade Nula: vegetação ou Arvoredo denso do terreno, sendo intransponível ao percurso pedestre. São ainda incluídos nesta categoria o acesso vedado ao terreno, assim como terreno com forte inclinação, não prospektado por questões de segurança. Geralmente representada a vermelho nas peças desenhadas;

- Visibilidade Parcial: Arvoredo pouco denso e com vegetação abaixo do joelho. Alguma dificuldade na observação de materiais arqueológicos e estruturas arqueológicas, patrimoniais, arquitetónicas e etnográficas. Geralmente representada a amarelo nas peças desenhadas;

- Visibilidade Boa: Sem arvoredo, com vegetação rasteira. Facilita o percurso pedestre e a observação de materiais e estruturas arqueológicas, patrimoniais, arquitetónicas e etnográficas. Geralmente representada a verde nas peças desenhadas.

## **REGISTO E INVENTÁRIO**

Nesta fase é elaborado um Relatório de sintetização dos resultados obtidos. Uma cópia desse Documento, após o seu terminus e aprovado pela entidade adjudicadora (o que deverá suceder até 30 dias após a sua entrega), é obrigatoriamente enviada à DGPC, de acordo com Dec. Lei 164/2014, de 04 de Novembro que Regulamenta os Trabalhos Arqueológicos.

Este registo obedece aos seguintes critérios:

- Organização da informação recolhida em fase de consulta documental das áreas de projeto;
- Organização da informação recolhida em fase de trabalho de campo das áreas de projeto;
- Resultados obtidos através da consulta oral de carácter específico ou indiciário;
- Indicação dos resultados da análise toponímica, realçando aqueles cuja interpretação possam conduzir à identificação de sítios arqueológicos;
- Descrição dos solos da área em estudo;
- Descrição das condições de visibilidade do solo da área em estudo e a sua representação cartográfica;
- Implantação cartográfica e descrição de OP, caso estas forem identificadas. Assim como desenho de campo quando necessário;

- Localização de estaleiros, depósitos, vazadouros e empréstimos (caso se conheça a sua localização nesta fase do projeto);
- Informação sobre as distâncias de cada OP às áreas de projeto;
- Classificação e descrição dos materiais arqueológicos, caso estes viessem a surgir no decorrer dos trabalhos de prospeção arqueológica;
- Inventariação sumária das OP identificados, com vista à hierarquização da sua importância científica e patrimonial e avaliação dos impactes com explicitação dos critérios utilizados;
- Proposta de medidas preventivas de carácter geral e específico e indicação da fase e subsequentes, em que devem ser implementadas.

Durante os trabalhos de prospeção e levantamento documental é preenchida uma ficha específica com os critérios previamente definidos para todas as Ocorrências Patrimoniais identificadas, onde se encontram todas as informações necessárias à sua identificação *in situ*. Essa ficha tem por modelo a base de dados do “Endovélico” do extinto IPA e o Documento de Trabalho – Versão 1 da APA (Associação Profissional de Arqueólogos) “Metodologia de Avaliação de Impacte Arqueológico”:

**Nº Inventário** - Número sequencial que identifica a Ocorrência Patrimonial utilizado na cartografia, nas tabelas e nas fichas de inventário (a sequência numérica é aleatória e contínua).

**Projecto** - Nome do projeto em que se insere o Estudo.

**O.P.** - Nome atribuído à Ocorrência Patrimonial identificada.

**Data** - Altura em que foi realizada a avaliação.

**Localização Administrativa** - Distrito/Concelho/Freguesia onde se localiza a Ocorrência Patrimonial.

**Localização Geográfica** - Todas as Ocorrências Patrimoniais são localizadas cartograficamente. (Sistema de Projecção: Hayford-Gauss; Sistema de Referenciação: sistema de coordenadas militares; Datum: Lisboa). Meridiano; Paralelo e Altitude (coordenadas obtidas em campo com recurso a GPS).

**Topónimo** - Topónimo local onde a Ocorrência Patrimonial se localiza.

**Microtopónimo** - Microtopónimo onde a Ocorrência Patrimonial se localiza.

**Proprietário** - Sempre que for possível contactar com o proprietário onde se identifica a Ocorrência Patrimonial, regista-se essa informação.

**CMP** - “Carta Militar de Portugal” (1999), Serviço Cartográfico do Exército (IGeoE), nº da folha na escala 1:25.000 utilizada durante o trabalho de campo.

**Classificação** - Imóvel Classificado ou outro tipo de proteção, com condicionantes ao uso e alienação do imóvel.

**Decreto Lei** - Decreto de lei da classificação do monumento.

**Estado Conservação** - Estado de conservação do monumento.

## **CARACTERIZAÇÃO DA OCORRÊNCIA PATRIMONIAL**

(Descrição das características principais de cada Ocorrência Patrimonial)

<b>CATEGORIA</b>				
Arqueológica	Arquitectónica	Etnográfica		
<b>TIPO DE SÍTIO</b>				
Abrigo	Achado Isolado	Alçaria	Alinhamento	Anfiteatro
Aqueduto	Arte Rupestre	Arranjo de Nascente	Atalaia	Azenha
Balneário	Barragem	Basilica	Calçada	Canalização
Capela	Casal Rústico	Castelo	Cais	Cemitério
Cetária	Chafurdo	Cidade	Circo	Cista
Cisterna	Complexo Industrial	Concheiro	Convento	Criptomórtico
Cromeleque	Curral	Depósito	Edifício com interesse histórico	Eira

Ermida	Escultura	Estrutura com interesse histórico	Fonte	Forja
Forno	Fortificação	Fórum	Fossa	Gruta
Hipocausto	Hipódromo	Igreja	Indeterminado	Inscrição
Lagar	Laje Sepulcral	Malaposta	Mancha de Ocupação	Marco
Menir	Mesquita	Miliário	Mina	Moinho de Maré
Moinho de Vento	Mosaico	Monumento Megalítico	Muralha	Muro
Nicho	Nora	Funerário	Olaria	Palácio
Paço	Pedreira	Oficina	Poço	Pombal
Ponte	Povoado	Pelourinho	Recinto	Represa
Salina	Santuário	Povoado Fortificado	Sepultura	Silo
Sinagoga	Talude	Sarcófago	Teatro	Templo
Termas	Tesouro	Tanque	Tulhas	Via
Viaduto	Moinho de Água	Torre	Laje com Covinhas	Pias
Villa	Açude e Dique	Monte	Quinta	Alminha
	Vicus	Espigueiro	Vest. diversos	
		Cruzeiro		

**Tabela 2** Tipo funcional a que se refere a Ocorrência Patrimonial (Adaptada da tabela proposta pelo IPA – Instituto Português de Arqueologia, actual DGPC (no thesaurus do Endovelo) <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt>)

### CRONOLOGIA

Paleolítico Inferior	Paleolítico Médio	Paleolítico Superior	Epipaleolítico/Mesolítico
Neolítico	Neolítico Antigo	Neolítico Médio	Neolítico Final
Calcolítico	Calcolítico Final	Bronze Pleno	Bronze Final
Idade do Ferro	1ª Idade do Ferro	2ª Idade do Ferro	Romano
Romano Republicano	Romano Império	Romano Alto Império	Romano Baixo Império
Idade Média	Alta Idade Média	Baixa Idade Média	Islâmico
Moderno	Contemporâneo	Pré-História Antiga	Pré-História Recente
	Proto-História	Indeterminado	

**Tabela 3** Cronologia da Ocorrência Patrimonial (A indicação de vários períodos cronológicos separados por "/" tem significado cumulativo)

### CONTEXTO GEOLÓGICO

Granitos	Xistos	Calcários	Aluviões	Coluviões
Argila	Calcossilicatado	Basalto	Marga	Mármore
Silex	Tufo	Turfa	Outro	Arenitos
Areias	Terraço	Depósitos argilosos	Rochas vulcânicas	Dioritos
		Terraço fluvial/cascalheira		

**Tabela 4** Trata-se do contexto geológico onde se localiza a Ocorrência Patrimonial

### TOPOGRAFIA

Arriba	Planície	Colina suave	Cerro – topo	Cerro – vertente
Canhão	Encosta	Grande elevação	Outros	Pequena elevação
Planície	Rechã	Vale aberto	Vale fechado	Leito de rio ou ribeiro
Espigão de meandro fluvial	Esporão	Escarpa	Plataforma / rechã	Planalto
	Praia		Várzea	

**Tabela 5** Critérios seguidos para contextualizar topograficamente a Ocorrência Patrimonial

### VISIBILIDADE

Destaca-se bem	Destaca-se medianamente
Diluída na paisagem	Escondida

**Tabela 6** Critérios utilizados para caracterizar a visibilidade da Ocorrência Patrimonial no território envolvente

### CONTROLO VISUAL

Controlo visual total	Controlo condicionado	Controlo restrito (do espaço limítrofe)
-----------------------	-----------------------	---

**Tabela 7** Nível do controlo visual que a Ocorrência Patrimonial detém sobre a paisagem

### VEGETAÇÃO

Sem vegetação	Vegetação rasteira	Arbustos ou mato denso
Floresta/mata densa	Floresta/mata pouco densa	Cultura de vinha

**Tabela 8** Vegetação existente no local onde se localiza a Ocorrência Patrimonial

### USO DO SOLO

Agrícola	Turismo	Urbano	Agrícola regadio	Pastoreio
Eucaliptal	Mato	Montado	Olival	Outros
Florestal	Areiro	Pântano	Industrial	Pedreira
Pinhal	Aterro	Baldio	Caminho	Pedregais
Agricultura manual	Agricultura mecânico	Latifúndio	Minifúndio	Socalcos
Recursos	Exploração agrícola		Pomar	Piscicultura

**Tabela 9** Utilização actual do solo em que se situa a Ocorrência Patrimonial (Adaptada da tabela proposta pelo IPA – Instituto Português de Arqueologia, actual DGPC (no thesaurus do Endovelico) <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt>). Estes atributos são apenas aplicáveis a bens imóveis ou a bens móveis de dimensão considerável ou que não são recolhidos

<b>FONTES</b>					
<b>Pesquisa Documental</b>	Bibliográfica	Cartográfica	Planos Municipais	Projectos de investigação	Base de dados
<b>Trabalho de Campo</b>	Prospeção			Informação Oral	

**Tabela 10** Fonte utilizada na identificação da Ocorrência Patrimonial: pesquisa documental (no caso de ter sido previamente identificada na pesquisa documental); trabalho de campo (no caso de ter sido reconhecida durante a fase de trabalho de campo)

<b>AMEAÇAS</b>				
Abandono	Construção	Agrícola	Agrícola regadio	Pastoreio
Florestal	Areiro	Pântano	Industrial	Pedreira
Erosão marinha	Erosão fluvial	Gado	Outros	Rede viária
Barragem	Aterro	Baldio	Caminho	Agentes erosivos
	Vandalismo		Vegetação	

**Tabela 11** Ameaças sobre a Ocorrência Patrimonial. Estes atributos são apenas aplicáveis a bens imóveis ou a bens móveis de dimensão considerável ou que não são recolhidos

<b>MATERIAIS ARQUEOLÓGICOS</b>	
Presença	Ausência

**Tabela 12** Indica a presença ou ausência de materiais arqueológicos

<b>DISPERSÃO DOS MATERIAIS</b>	
Extensa	Média
Pequena	Pontual

**Tabela 13** Delimitação relativa da área em que se encontram materiais arqueológicos

<b>TIPO DE DISPERSÃO</b>	
Contínua	Dispersa
Concentrada	Progressiva

**Tabela 14** Tipo de dispersão dos materiais arqueológicos

**Local de Depósito** - Localização onde os materiais quando recolhidos são guardados até serem entregues na extensão correspondente da DGPC.

<b>ACESSIBILIDADE</b>		
Via Rápida	Estrada Nacional	Estrada Municipal
Estradão	Caminho de pé posto	Sem acesso

**Tabela 15** Referência ao tipo de acesso à Ocorrência Patrimonial

<b>TRABALHOS ARQUEOLÓGICOS</b>		
Conservação/Valorização	Escavação	Sondagem
Levantamento		Prospeção

**Tabela 16** Caso existam, referencia aos trabalhos arqueológicos pré-existentis em relação à Ocorrência Patrimonial

**Bibliografia** - Bibliografia consultada sobre a Ocorrência Patrimonial.

**Localização Face ao Projecto** - Descrição da localização da Ocorrência Patrimonial em relação ao projecto, indicando-se as relações de proximidade. As distâncias da Ocorrência Patrimonial às unidades de projecto foram medidas em metros sobre a CMP à escala 1: 25 000.

**Descrição** - Descrição da Ocorrência Patrimonial em termos de localização, características construtivas e materiais utilizados, dimensões, etc. Assim como a descrição dos materiais identificados durante o trabalho de campo (tipologia, cronologia, quantidade...). Indicação dos materiais arqueológicos móveis recolhidos e a indicação do depósito provisório.

### **CLASSIFICAÇÃO PATRIMONIAL**

(Análise, a mais objetiva possível, a partir dos dados disponíveis da importância da Ocorrência Patrimonial Adaptado do Documento de Trabalho – Versão 1 da APA (Associação Profissional de Arqueólogos) "Metodologia de Avaliação de Impacte Arqueológico")

**Valor Arqueológico** - Relativo ao seu valor como sítio arqueológico.

**Valor Arquitectónico** - Relativo à importância da arquitectura da Ocorrência Patrimonial encontrada.





## NÍVEL DE CONDICIONANTE

<b>Nível 5</b>	Condiciona a obra e as acções intrusivas, impondo uma delimitação rigorosa da área protegida até 50m em torno (conforme estabelecido na legislação)
<b>Nível 4</b>	Impacte Severo - Embora não impeça o prosseguimento do projeto, impõe um estudo exaustivo prévio do sítio arqueológico, a necessidade de uma avaliação da área efetiva dos vestígios e a sua aprofundada caracterização, através da realização de escavação arqueológica da área total afetada
<b>Nível 3</b>	Impacte Moderado - Embora não impeça o prosseguimento do projeto, impõe um estudo de diagnóstico prévio do sítio arqueológico, a necessidade de uma avaliação da área efetiva dos vestígios e a sua aprofundada caracterização, através da realização de sondagens de diagnóstico
<b>Nível 2</b>	Impacte Compatível - Por princípio, não resulta em condicionantes ao desenvolvimento do projeto, devendo, mesmo assim, ter o devido acompanhamento arqueológico de obras
<b>Nível 1</b>	Por princípio, não resulta em condicionantes ao desenvolvimento do projeto

**Tabela 19** Correspondendo às áreas de impacte expostas procedeu-se à definição de uma gradação de condicionantes consequentes

Por fim, estabelece-se a Medida Minimizadora mais adequada a seguir para cada Ocorrência Patrimonial

## MEDIDAS DE MITIGAÇÃO

<b>Medida de classe A</b>	Em caso de Impacte Severo sobre um sítio arqueológico, preconiza-se a realização de escavação arqueológica da área total afetada que venha a sofrer um tipo de afetação direta de forma a avaliar a sua relevância científica
<b>Medida de classe B</b>	Em caso de Impacte Moderado sobre um sítio arqueológico, preconiza-se a realização de sondagens de diagnóstico em todos os sítios arqueológicos que venham a sofrer um tipo de afetação direta de forma a avaliar a sua relevância científica
<b>Medida de classe C</b>	Prospecção sistemática das áreas classificadas na cartografia como de visibilidade parcial ou nula
<b>Medida de classe D</b>	Prospecção sistemática de toda a área de afetação da Ocorrência Patrimonial antes e depois de se proceder à desmatação até se atingir o substrato rochoso ou os níveis minerais dos solos removidos e acompanhamento arqueológico sistemático e integral de todos os revolvimentos de terras vegetais. Realização de memória descritiva da Ocorrência e descrição gráfica
<b>Medida de classe E</b>	Sinalização e vedação com recurso a fita sinalizadora da Ocorrência Patrimonial quando aplicável com afetação indireta para que não sofra nenhum tipo de afetação direta pela circulação de pessoas e maquinaria. É ainda recomendado o levantamento gráfico e fotográfico exaustivo
<b>Medida de classe F</b>	Devido à localização de difícil acesso e de ficar submersa conforme as marés e por isso não ser possível a vedação e sinalização, recomenda-se o levantamento gráfico e fotográfico exaustivo. Mais se considera que o arqueólogo deverá sensibilizar o empreiteiro para a não afetação durante a empreitada
<b>Medida de classe G</b>	Sempre que a fase de projecto o permita, deverão ser equacionadas, em termos de viabilidade técnica e de custos a alteração ou ratificação do projeto
<b>Medida de classe H</b>	Preservação da Ocorrência Patrimonial em caso de afetação direta, através da sua transferência ou transladação
<b>Medida de classe I</b>	Monitorização e vigilância periódica na fase de exploração (por períodos de pelo 3 anos) do estado de conservação da Ocorrência Patrimonial situada na área de incidência do projeto ou nos principais acessos. Esta medida deve ser executada por especialista independente (arqueólogo) contratado pelo dono da obra e inclui a apresentação de relatórios de visita à entidade de tutela sobre o património arqueológico e comunicação às entidades competentes dos efeitos negativos detectados
<b>Medida de classe J</b>	Prospecção sistemática da área de escavação antes e depois de se proceder à desmatação até se atingir o substrato rochoso ou os níveis minerais dos solos removidos e acompanhamento arqueológico sistemático e integral de todos os revolvimentos de terras vegetais, com registo fotográfico e gráfico do processo seguido
<b>Medida de classe K</b>	Qualquer demolição ou alteração das ocorrências patrimoniais identificadas carece da realização de uma descrição da Ocorrência, do registo gráfico e fotográfico e acompanhamento arqueológico de qualquer trabalho em fase de construção

**Tabela 20** Recomendações a seguir em cada uma das Ocorrências Patrimoniais

## CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO ACTUAL

O objetivo primordial do trabalho foi identificar o maior número de sítios, vestígios e monumentos inseridos dentro da potencial área de incidência do Projeto, bem como, avaliar o tipo e dimensão dos potenciais impactes sobre estas ocorrências de valor patrimonial.

As realidades de considerado interesse arqueológico, arquitectónico e etnográfico foram registadas através de um número de ordem inscrito nas folhas da Carta Militar de Portugal, Serviço Cartográfico do Exército (IGeoE), à escala 1:25 000.

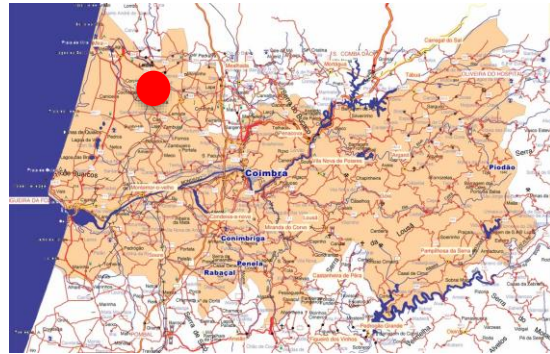
## PESQUISA BIBLIOGRAFICA E DOCUMENTAL

### ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO

Cantanhede é uma cidade portuguesa do distrito de Coimbra, situada na província da Beira Litoral, região do Centro e sub-região Região de Coimbra, com 8 839 habitantes. É sede do Município de Cantanhede que tem 390,88 km<sup>2</sup> de área e 34 218 habitantes, subdividido em 14 freguesias (VER ANEXO IV, DESENHOS 1, 2).



**Figura 1:** Enquadramento geográfico nacional à esquerda e distrital à direita



**Figura 2–** Área envolvente de 2km





Outra leitura porém, faz-nos atualmente o Dr. António Seiça, que interpreta o nome de Cantanhede, com pedra grande e identifica esta com o Horst de Cantanhede [localmente também conhecido por Morro ou, Penedo (grande pedra)], opinião que é deveras pertinente, se atender-mos, ao aspecto que teria o horst há umas centenas de anos, (mais destacado, em resultado da menor erosão dos calcários margosos pela acção dos fenómenos climatéricos e também da ação humana) e à sua composição, o calcário. Esta hipótese permite-nos considerar a existência de Cantanhede, anteriormente à exploração do calcário.

Varziela surge-nos ao longo dos tempos com várias grafias e/ou designações. Varzeella - é nos referido por Poiares pg. 31, em registos da Paróquia de S. Pedro (Cantanhede): Bargiela num assento de batismo 23 de julho de 1791, Ribeira da Varziela era o topónimo utilizado para a a localidade, por volta do ano 1800 (em assentos de batismo: 1797,fl2; 1802,p114). na mesma fonte em 7 de dezembro de 1825 e 20 de maio de 1826 lê-se Vargiella, já no "Jornal de Cantanhede" a 30 de dezembro de 1893 era utilizada a forma Varziella.

O nome de Tarehos provém de Quinta dos Tarehos, topónimo utilizado em 1801 (conforme assento de batismo fl.101, Paróquia de Cantanhede, 1801). Tarehos segundo a Grande Enciclopédia Luso-Brasileira é um substantivo de origem alentejana, que significa burro pequeno, que ainda mama.

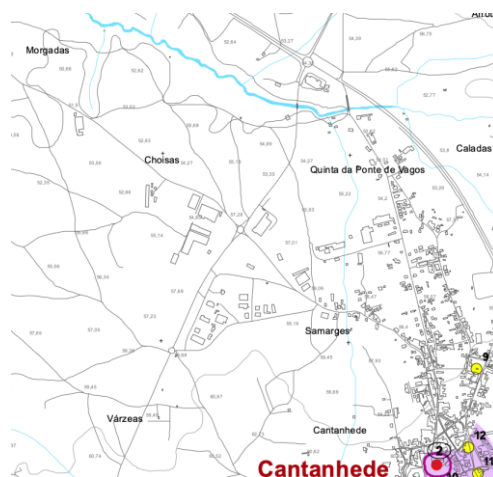
Póvoa significa pequena povoação, casal (de povo, povoar) e situa-se, claro está, numa elevação (Lomba), no chamado Horst de Cantanhede. (O Horst de Cantanhede é a sobrelevação, que separa a bacia hidrográfica do Vouga, da do Mondego).

Em 1302, quando recebeu Carta de Foral, chamava-se então Povo da Lomba.

Lírios - localizada numa das margens da Vala Real, onde abundam lírios brancos, esta povoação deve o seu nome à flora.

Lemedede teve como anteriores grafias "Lymyde" referenciada em documentos de 1342, na Demarcação do reguengo de Cantanhede como termo de Montemor-o-Velho, T.T. Chancelaria de D. Afonso IV, livro 2 de direitos Reais, fl1; livro 11 da estremadura, fl.128v Transcritos por Elvira Poiares - 1964 "Lamedede" em assentos de batismo da Paróquia de Cantanhede 1775 e "Limedede" também e assentos de batismo da Paróquia de Cantanhede 1801

Foi consultada a carta de condicionantes do concelho de Cantanhede. Não foram identificadas Ocorrências Patrimoniais na carta de condicionantes dentro da área de 2km.



**Figura 3**– Extrato planta condicionantes PDM

Foi ainda consultada a base de dados <http://viasromanas.pt/> Vias Romanas em Portugal: Itinerários5 da autoria de Pedro Soutinho. Não foram identificadas vias romanas dentro do limite de 2km.

Não foram identificados Monumentos Classificados/em Vias de Classificação ao abrigo da legislação nacional na área envolvente de 2km da área de estudo do projeto.

Não foram identificados sítios arqueológicos na base de dados “Endovélico” da DGPC, da área envolvente de 2km da área de estudo do projeto.

Não foram identificados sítios arqueológicos na Carta Arqueológica de Cantanhede “CRUZ, C. M. S. (2005), Carta Arqueológica do Concelho de Cantanhede. Cantanhede. Município de Cantanhede”.

### **ANÁLISE TOPONÍMICA**

Na pesquisa documental de 2km em volta da área de projeto não foram identificados topónimos que possam evidenciar sítios arqueológicos.

### **ANÁLISE FISIAGRÁFICA**

A área em estudo é caracterizada por ser uma zona de planície. O terreno tem um uso florestal, mas também de construção industrial.

Da análise fisiográfica nesta fase, não foram identificados vestígios inéditos.

### **TRABALHO DE CAMPO NA ÁREA EM ESTUDO**

Esta fase de trabalhos tem como objetivo o reconhecimento, descrição, classificação e inventariação dos dados inventariados durante a fase de pesquisa documental e o reconhecimento de indícios toponímicos e fisiográficos que apontem para a presença de outros vestígios inéditos relativos aos elementos de interesse arqueológico, histórico, etnográfico e patrimonial construído na área a ser afetada.

Nos termos do Decreto-Lei n.º 270/99, de 15 de julho – Regulamento dos Trabalhos Arqueológicos, considerando as alterações que lhe foram introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 287/2000, de 10 de novembro), foi elaborado um pedido de Autorização para Trabalhos Arqueológicos à DRCC.

Os trabalhos de campo foram realizados no dia 08 de Agosto de 2023. A visibilidade do terreno, no geral era boa (VER ANEXO IV, DESENHO 3) e as condições meteorológicas adequadas. Da análise fisiográfica durante a prospeção arqueológica não foram identificados vestígios inéditos.

Foi efetuada prospeção sistemática da totalidade do terreno (área de incidência direta e indireta do projeto). Sendo que a área de incidência direta corresponde à área de projeto, a área de incidência indireta corresponde à área envolvente à área de projeto (100m de diâmetro), designada por área de estudo.

Em relação à localização de estaleiro de obra, não se procedeu à definição da sua localização no âmbito do estudo em epígrafe, uma vez que não será realizada nenhuma empreitada.

No que respeita a áreas de empréstimos e vazadouros, não se procedeu à definição da sua localização no âmbito do estudo em epígrafe, uma vez que não será realizada nenhuma empreitada.

## **RESULTADOS - SÍNTESE**

### **OCORRÊNCIAS PATRIMONIAIS IDENTIFICADAS**

Neste estudo não foram identificadas Ocorrências Patrimoniais (OP) de caráter patrimonial dentro das áreas de incidência direta e indireta do Projeto.

### **MEDIDAS DE MINIMIZAÇÃO DE IMPACTE**

Na análise de impactes podem-se distinguir dois tipos de impactes: impactes diretos negativos e impactes indiretos negativos. Os primeiros significam a destruição da Ocorrência Patrimonial em causa, os segundos a alteração do seu contexto primitivo.

As medidas de minimização preconizadas têm como objetivo a preservação integral de todas as Ocorrências de valor patrimonial identificadas na área afeta ao projeto e a salvaguarda de toda a informação arqueológica, patrimonial e etnográfica que eventualmente poderá ser afetada.

Neste contexto teve-se em consideração:

- A probabilidade de destruição da Ocorrência Patrimonial;
- A possibilidade de degradação/destruição, devido à circulação de maquinaria pesada e pessoal afetos à obra da Ocorrência Patrimonial;
- A possibilidade ou hipótese de destruição de vestígios arqueológicos relacionados com a existência de achados de superfície, ou notícia da sua existência;
- A eventualidade ou hipótese de destruição de vestígios arqueológicos relacionados com a notícia de um achado isolado ou de um monumento já destruído.

### **AVALIAÇÃO DE IMPACTE**

A área em estudo tem uma condicionante de nível 1: “Por princípio, não resulta em condicionantes ao desenvolvimento do projeto”.

### **MEDIDAS DE MINIMIZAÇÃO**

Na sequência dos trabalhos previstos indicados no capítulo da Descrição do projeto não se recomendam medidas de minimização.

### **CONCLUSÕES E ADVERSIDADES AO CONHECIMENTO**

O presente Estudo de prospeção sistemática e de levantamento bibliográfico realizado no âmbito do projeto da “Alteração da Unidade Industrial da ROCA SA” teve como objetivo a identificação de vestígios arqueológicos e património etnográfico e arquitetónico, que pudessem vir a ser afetados pela execução da obra. A investigação realizada permitiu compreender a dinâmica ocupacional da região e obter o máximo de informações respeitantes aos vestígios de paleocupação humana existentes na zona. Através da pesquisa foi, ainda, possível compreender as principais características histórico-culturais da área de implantação do projeto e da sua envolvente.

Comprova-se assim, que a área em estudo pertence a um concelho que teve uma ocupação permanente e de grande importância no contexto histórico do litoral Centro de Portugal.

No estudo bibliográfico e de prospeção não foram identificadas Ocorrências Patrimoniais dentro da área de incidência direta e indireta.

Em termos gerais o projeto tem uma condicionante arqueológica de nível 1: “Por princípio, não resulta em condicionantes ao desenvolvimento do projeto”.

Não foram elaboradas medidas de minimização para este projeto

### **PROGRAMA ULTERIOR DE TRABALHOS ARQUEOLÓGICOS**

#### **LOCAL, DATA E FORMA DE PUBLICAÇÃO**

No cumprimento da legislação em vigor (DL no 164/2014, de 4 de novembro) os resultados obtidos durante as intervenções realizadas no âmbito dos trabalhos de Prospeção Arqueológica Prévia deverão ser alvo de publicação científica, em língua portuguesa ou inglesa. Deste modo a AFA Arqueologia Conservação e Restauro prevê a publicação dos resultados da intervenção em revista da especialidade, sem prejuízo de outras formas de publicitação. Não se descarta também a possibilidade da apresentação das intervenções e dos seus resultados em



conferências, congressos e palestras. Para além disto, também se envia agora, como resulta das disposições legais vigentes, uma cópia em CD.

**MOREIRA DA MAIA,  
AGOSTO DE 2023**

**ARTUR FONTINHA, ARQUEÓLOGO**

## **BIBLIOGRAFIA**

ALARCÃO, J. (1988), Roman Portugal. Warminster: Aris & Phillips, 1988. 4 vol;  
ALVES, M. I. M. L. (1996), Análise codicológica do foral manuelino de Cantanhede. Coimbra;  
CRUZ, C. M. S. (2005), Carta Arqueológica do Concelho de Cantanhede. Cantanhede. Município de Cantanhede.  
FIGUEIRA, A. A. H. (2006), Cantanhede : Tradições, Usos e Costumes das suas gentes;  
FIGUEIRA, A. A. H. (1998), Memórias Culturais de Cantanhede;  
POIARES, A. E. R. S. (1964), O Concelho de Cantanhede : elementos para a sua história. Coimbra: A.E.R.S. Poiares;  
SECCO, A. L. S. H. (1853), Memória históricochorográfica dos diversos concelhos do districto administrativo de Coimbra. Coimbra: Universidade de Coimbra  
SILVA J. B. P. (2004), Cantanhede : honrando o passado, rumo ao futuro;

## **ENQUADRAMENTO LEGAL**

DIÁRIO DA REPÚBLICA, Série I-A, *Lei n.º 107/01*, 209/01 SÉRIE I-A, Sábado, 8 de Setembro de 2001, Assembleia da República, Pág. do DR 5808 a 5829;  
DIÁRIO DA REPÚBLICA, Série I-A, *Resolução da Assembleia da República n.º 71/97*, DR 289/97 SÉRIE I-A de 1997-12-16;  
DIÁRIO DA REPÚBLICA, Série I-A, *Decreto-Lei n.º 164/2014*, de 04 de Novembro (Regulamento de Trabalhos Arqueológicos)  
DGPC, Circular de 29 de Março de 2023, Termos de Referência para o Património Arqueológico no Fator Ambiental Património Cultural em Avaliação de Impacte Ambiental”;  
DGPC, Circular de 01 de Setembro de 2010, *Documentação Fotográfica a Constar nos Relatórios de Trabalhos Arqueológicos*;  
DGPC, Circular de 24 de Maio de 2011, *Ficha de Sítio/Trabalho Arqueológico, para Atualização do Endovélico*.  
DGPC, Circular de 27 de Dezembro de 2011, *Documentação Gráfica*.

## **CARTOGRAFIA**

“Carta Militar de Portugal” (1999), Serviço Cartográfico do Exército (IGeoE), escala 1:25 000, Serviço Cartográfico do Exército, Folha nº 218.

## **BASES DE DADOS INFORMATIZADAS E CONSULTAS NA INTERNET**

[www.earth.google.com](http://www.earth.google.com) (consultado a 03.08.23)  
[www.patrimoniocultural.gov.pt/pt](http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt) (consultado a 03.08.23)  
[www.patrimoniocultural.pt/flexviewers/Atlas\\_Patrimonio/default.htm](http://www.patrimoniocultural.pt/flexviewers/Atlas_Patrimonio/default.htm) (consultado a 03.08.23)  
[www.monumentos.pt/Site/APP](http://www.monumentos.pt/Site/APP) (consultado a 03.08.23)  
[www.arqueologia.patrimoniocultural.pt/](http://www.arqueologia.patrimoniocultural.pt/) (consultado a 03.08.23)

---

## **ANEXOS**

---

**ANEXO I – REGISTO FOTOGRÁFICO (NAS PEÇAS DESENHADAS APRESENTADAS NO ANEXO V APRESENTA-SE O PONTO DE LOCALIZAÇÃO DAS FOTOGRAFIAS, DESIGNADAS DE FX, ONDE O X CORRESPONDE AO NÚMERO DA FOTOGRAFIA RESPETIVA E IDENTIFICADA ABAIXO.)**





**F1**



**F2**





**F3**



**F4**

**ANEXO II – CÓPIA DO OFÍCIO DE AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DOS TRABALHOS**

25/07/2023

2023/A (408)



**Assunto :** PATA - Estudo de Impacto Ambiental para licenciamento da alteração da Unidade Industrial da Roca S.A. (União das Freguesias de Cantanhede e Pociça) Cantanhede.

**Requerente :** Artur Jorge Rodrigues Fontinha

**Local :** Cantanhede

**Servidão Administrativa :**

<b>Inf. n.º:</b> S-2023/618009 (C.S:1689414)	<b>Cód. Manual</b> 1748/2023
<b>N.º Proc.:</b> DRC/2023/06-02/33085/PATA/24643 (C.S:256566)	<b>Data Ent. Proc.:</b> 12/07/2023

*Aprovo nos termos propostos.*

*CCM*  
2023/07

Maria Catarina Coelho  
Subdiretora-Geral  
Por delegação de competências  
Despacho nº 2349/2023  
DR, 2ª Série, nº 45, 03/03/2023

Diretora de Serviços dos Bens Culturais Cátia Marisa Gonçalves Marques a 27/07/2023

Concordo com o parecer favorável condicionado proposto.

#### 1. ENQUADRAMENTO

O projeto objeto do presente PATA refere-se ao EIA para licenciamento e alteração de uma unidade industrial, no âmbito do descritor património.  
Acrónimo: UIR.23

#### 2. LEGISLAÇÃO APLICADA

A presente apreciação fundamenta-se nas disposições conjugadas da legislação em vigor, nomeadamente: DL nº 114/12 de 25 de maio; DL nº 115/12 de 25 de maio; Despacho n.º 414/20 de 13 de jan.; Circular de 12.06.25, sobre Procedimentos na Regulação da Atividade Arqueológica, itens "Pedido de autorização de Trabalhos Arqueológicos"; artg.ºs: 16º, 40º, 72º, 74º, 75º, 76º n.º 3, 78.º e 79.º da Lei 107/01, de 8 de set.; artg. ºs 7º, 14º a 17º do PDM de Cantanhede, Aviso nº 4172/16, (DR, IIS, N.º 60, 16.03.28); Lei nº 31/14 de 30 de maio; D-L nº 80/15. Tratando-se de um trabalho integrado em AIA aplica-se o disposto no DL 69/2000, de 3 de maio, na redação dada pelo D-L n.º 197/2005, de 8 de novembro (RIAIA), republicada pelo DL151-B/2013 de 31 de outubro; Circular "Termos de Referência para o Descritor Património

Arqueológico em Estudos de Impacte Ambiental”, DGPC, 2023; artg.ºs 6.º e 7.º do D-L n.º 164/14 de 04 de nov..

### 3. ANTECEDENTES

Não são transmitidos antecedentes, embora exista uma unidade fabril em laboração.

### 4. APRECIÇÃO E CONDICIONANTES

- A intervenção é solicitada pelo Sr. Dr. Artur Fontinha, arqueólogo que apresenta um Plano de Trabalho específico para um estudo de Impacte Ambiental no âmbito da Caracterização da Situação de Referência do Descritor Património Cultural, de um projeto sujeito a Avaliação de Impacte Ambiental (AIA).

- Relativamente à metodologia, dar-se-á cumprimento aos princípios metodológicos estabelecidos, aceites e praticados pela comunidade científica, neste caso com a aplicação das metodologias que permitem cumprir o estipulado na Circular “Termos de Referência para o Descritor Património Arqueológico em Estudos de Impacte Ambiental” em vigor. A intervenção será caracterizada por estudos de diversas naturezas e por prospeção dos terrenos a afetar, embora o edificado já exista.

- Em nosso entendimento, o resultado deve incluir uma reflexão sobre os limites ao conhecimento que se tenha alcançado, tendo em consideração a natureza dos bens arqueológicos que se podem conservar na parcela em estudo, atendendo a que já há muitas construções no sítio.

4.1 A Caracterização da Situação de Referência do EIA tem como objetivos:

- a elaboração das tarefas que permitem a avaliação do impacte que poderá ter a execução do projeto, sobre património cultural: reconhecimento das realidades já inventariadas, prospeção sistemática, elaboração de cartografia, proposta de medidas de minimização.
- Os elementos apresentados dão cumprimento genérico ao disposto nos artigos 6º e 7º do D-L 164/2014, o plano de trabalhos promove observância das disposições expressas na Circular “Termos de Referência para o Descritor Património Arqueológico em Estudos de Impacte Ambiental” devendo ser atualizada a mencionada, por ter sido recentemente substituída.



Arqueológico em Estudos de Impacte Ambiental”, DGPC, 2023; artg.ºs 6.º e 7.º do D-L n.º 164/14 de 04 de nov..

### 3. ANTECEDENTES

Não são transmitidos antecedentes, embora exista uma unidade fabril em laboração.

### 4. APRECIÇÃO E CONDICIONANTES

- A intervenção é solicitada pelo Sr. Dr. Artur Fontinha, arqueólogo que apresenta um Plano de Trabalho específico para um estudo de Impacte Ambiental no âmbito da Caracterização da Situação de Referência do Descritor Património Cultural, de um projeto sujeito a Avaliação de Impacte Ambiental (AIA).

- Relativamente à metodologia, dar-se-á cumprimento aos princípios metodológicos estabelecidos, aceites e praticados pela comunidade científica, neste caso com a aplicação das metodologias que permitem cumprir o estipulado na Circular “Termos de Referência para o Descritor Património Arqueológico em Estudos de Impacte Ambiental” em vigor. A intervenção será caracterizada por estudos de diversas naturezas e por prospeção dos terrenos a afetar, embora o edificado já exista.

- Em nosso entendimento, o resultado deve incluir uma reflexão sobre os limites ao conhecimento que se tenha alcançado, tendo em consideração a natureza dos bens arqueológicos que se podem conservar na parcela em estudo, atendendo a que já há muitas construções no sítio.

4.1 A Caracterização da Situação de Referência do EIA tem como objetivos:

- a elaboração das tarefas que permitem a avaliação do impacte que poderá ter a execução do projeto, sobre património cultural: reconhecimento das realidades já inventariadas, prospeção sistemática, elaboração de cartografia, proposta de medidas de minimização.
- Os elementos apresentados dão cumprimento genérico ao disposto nos artigos 6º e 7º do D-L 164/2014, o plano de trabalhos promove observância das disposições expressas na Circular “Termos de Referência para o Descritor Património Arqueológico em Estudos de Impacte Ambiental” devendo ser atualizada a mencionada, por ter sido recentemente substituída.

## **ANEXO III – FICHA DE SÍTIO**

**Ficha de Sítio/Trabalho Arqueológico**

(para acompanhar o relatório)

**Sítio Arqueológico**

Designação

Alteração da Unidade Industrial da ROCA SA

Distrito  Concelho

Freguesia  Lugar

C.M.P. 1:25.000 folha n.º  Altitude (m)

Coordenada X  Coordenada Y

Tipo de sítio \*

Período cronológico \*

Descrição do sítio (15 linhas)

A unidade industrial da Roca foi fundada em 1998, com a denominação social de Roca Torneiras, Lda, instalando-se na zona industrial de Cantanhede, numa área total de 82 751 m2. Em 2022 passou por um processo de fusão por incorporação com a Roca SA, resultando na extinção da Roca Torneiras SA, e na transferência global do seu património para a esfera da Roca SA, com sede em Leiria. Este processo não resultou em nenhuma alteração nas instalações industrial da empresa que atualmente se designa por Centro Industrial (CI) de Cantanhede da Roca SA. Nessa data foi feito o averbamento de alteração da titularidade do estabelecimento industrial no SIR (Título Digital de Exploração n.º 14936/2019-1, emitido pelo IAPMEI em 17-05-2019) e no SILIAMB (TUA20180622000445 - regime PCIP). Em 2023 a Roca pretende realizar alterações no CI de Cantanhede, sendo de notar que nenhum dos projetos resulta no aumento da capacidade instalada de produção de torneiras. Não serão realizadas alterações de construção, nem construções novas. Pelo que não haverá revolvimentos de terra.

Bibliografia

ALARCAO, J. (1988), Roman Portugal. Warminster: Aris & Phillips, 1988. 4 vol;  
ALVES, M. I. M. L. (1996), Análise codicológica do foral manuelino de Cantanhede. Coimbra;  
CRUZ, C. M. S. (2005), Carta Arqueológica do Concelho de Cantanhede. Cantanhede. Município de Cantanhede.  
FIGUEIRA, A. A. H. (2006), Cantanhede : Tradições, Usos e Costumes das suas gentes;  
FIGUEIRA, A. A. H. (1998), Memórias Culturais de Cantanhede;

Proprietários

Classificação \*

Decreto

Estado de conservação \*  Uso do solo \*

Ameaças \*  Protecção/Vigilância \*

\* Preencher de acordo com a lista do *Thesaurus* do ENDOVÉLICO. Essa lista poderá ser consultada em: [www.igespar.pt](http://www.igespar.pt)



Acessos

EM

Descrição do Espólio

Neste estudo não foram identificados vestígios de materiais arqueológicos.

Local de depósito -

**Trabalho Arqueológico Anual**

Arqueólogo responsável Artur Fontinha

Tipo de trabalho \* Prospecção

Datas: de início 03.08.23 de fim 09.08.23 duração (em dias) 6

Projecto de Investigação

Objectivos (10 linhas)

Este relatório pretende efectuar a caracterização da área de intervenção em termos geográficos, paisagísticos, históricos e arqueológicos, e a sua integração num contexto mais alargado, neste caso, a delimitação da freguesia a que pertence a área do projecto em questão, de forma a assegurar a salvaguarda de todos os vestígios de interesse patrimonial identificados. Neste âmbito foram analisadas as áreas de implantação. Neste Relatório consta um parecer sobre a necessidade de se proceder ao Acompanhamento Arqueológico, ou à necessidade de se implementar quaisquer Intervenções Arqueológicas de Registo Científico em todas as zonas afectas à empreitada.

Resultados (15 linhas)

Comprova-se assim, que a área em estudo pertence a um concelho que teve uma ocupação permanente e de grande importância no contexto histórico do litoral Centro de Portugal.

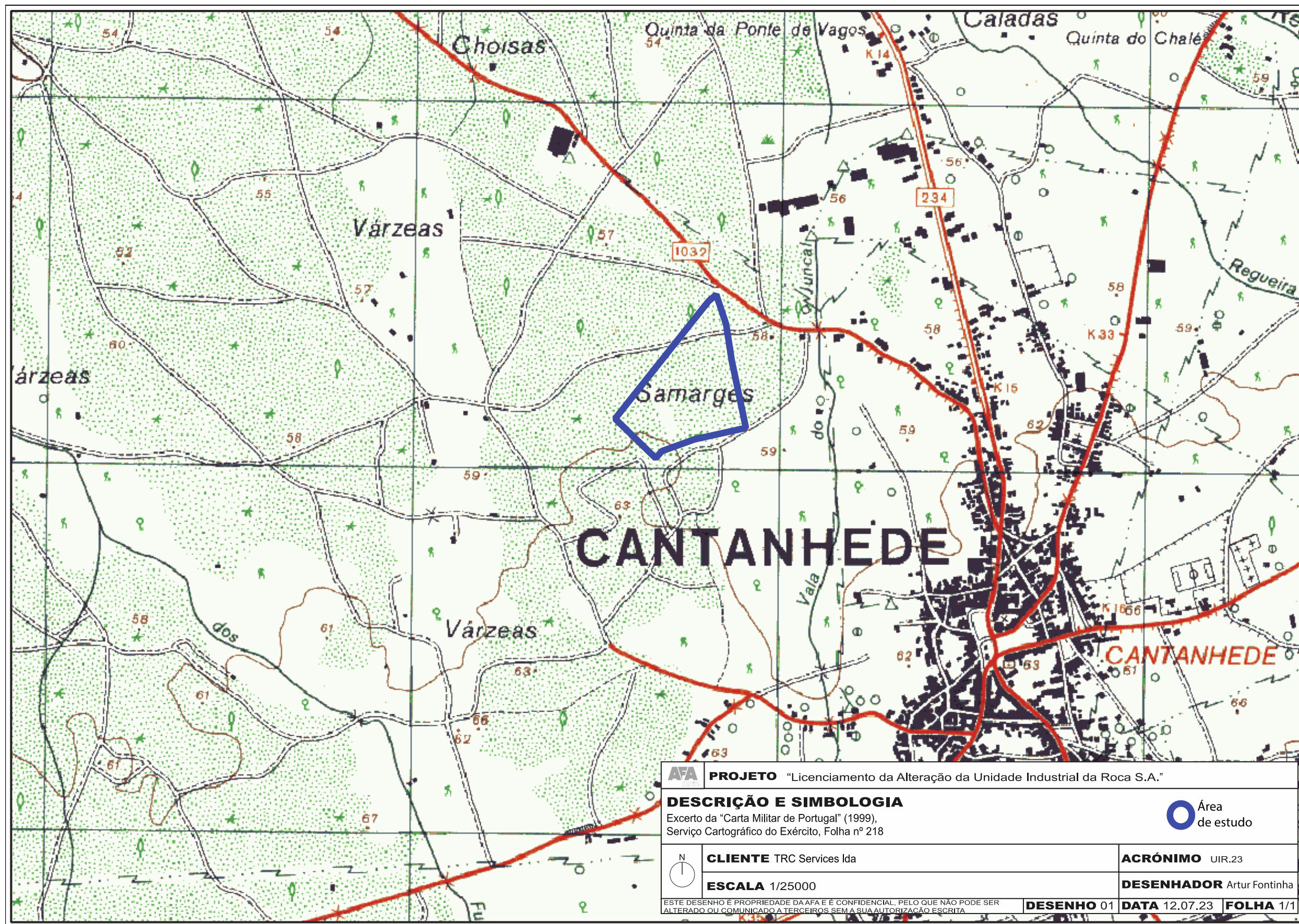
No estudo bibliográfico e de prospecção não foram identificadas Ocorrências Patrimoniais dentro da área de incidência direta e indireta.

Em termos gerais o projeto tem uma condicionante arqueológica de nível 1: "Por princípio, não resulta em condicionantes ao desenvolvimento do projeto".

Não foram elaboradas medidas de minimização para este projeto

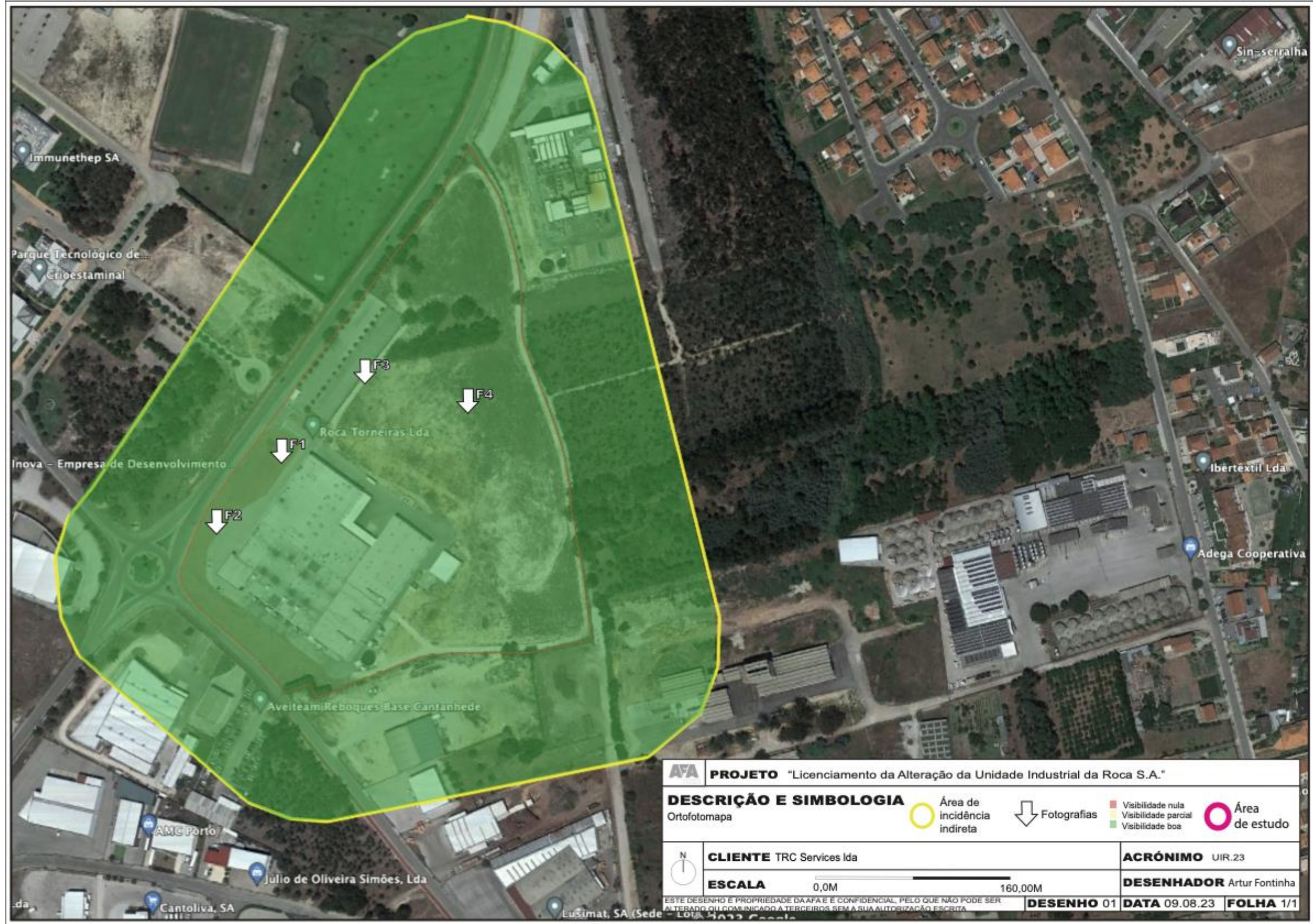
\* Preencher de acordo com a lista do *Thesaurus* do ENDOVÉLICO. Essa lista poderá ser consultada em: [www.igespar.pt](http://www.igespar.pt)

## **ANEXO IV – DESENHOS TÉCNICOS**



	<b>PROJETO</b> "Licenciamento da Alteração da Unidade Industrial da Roca S.A."		
	<b>DESCRIÇÃO E SIMBOLOGIA</b> Excerto da "Carta Militar de Portugal" (1999), Serviço Cartográfico do Exército, Folha nº 218		
	<b>CLIENTE</b> TRC Services lda	Área de estudo	
	<b>ESCALA</b> 1/25000	<b>ACRÓNIMO</b> UIR.23	<b>DESENHADOR</b> Artur Fontinha
<small>ESTE DESENHO É PROPRIEDADE DA AFA E É CONFIDENCIAL, PELO QUE NÃO PODE SER ALTERADO OU COMUNICADO A TERCEIROS SEM A SUA AUTORIZAÇÃO ESCRITA</small>		<b>DESENHO</b> 01	<b>DATA</b> 12.07.23 <b>FOLHA</b> 1/1





<b>AFA PROJETO</b> "Licenciamento da Alteração da Unidade Industrial da Roca S.A."	
<b>DESCRIÇÃO E SIMBOLOGIA</b> Ortofotomapa	Área de incidência indireta Fotografias Visibilidade nula Visibilidade parcial Visibilidade boa Área de estudo
<b>CLIENTE</b> TRC Services Lda	<b>ACRÓNIMO</b> UIR.23
<b>ESCALA</b> 0,0M	<b>DESENHADOR</b> Artur Fontinha
<small>ESTE DESENHO É PROPRIEDADE DA AFA E É CONFIDENCIAL, PELO QUE NÃO PODE SER ALTERADO OU COMINICADO A TERCEIROS SEM A SUA AUTORIZAÇÃO ESCRITA.</small>	
<b>DESENHO</b> 01	<b>DATA</b> 09.08.23 <b>FOLHA</b> 1/1



